

PNDH3 – EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

Na educação e cultura em direitos humanos, a tentativa é utilizar da ferramenta da educação como uma força de combate às desigualdades. A educação em direitos humanos e para direitos humanos é necessária por ser um fator de mudança cultural e, assim, vai ser uma das formas de combate à desigualdade. É aquela que vai ser a mais demorada, mas que tende a ser a mais efetiva, visto que mexe com a cultura, com a visão estereotipada que se tem do mundo e do outro. Tem um aspecto transgeracional.

Eixo Orientador 5 – Educação e Cultura em Direitos Humanos

Diretriz 18: Efetivação das diretrizes e dos princípios da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos.

Objetivos estratégicos:

- Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH;
- Ampliação de mecanismos e produção de materiais pedagógicos e didáticos para Educação em Direitos Humanos.

Quando se fala em educação em direitos humanos, deve-se pensar no profissional: o professor, que está em sala de aula. Deve-se olhar para o professor e lembrar que se precisa de capacitação continuada, para que ele possa trabalhar as temáticas que envolvem direitos humanos. Isso é uma constante evolução. Tem-se evoluído nos estudos e em relação aos indicadores que envolvem grupos vulnerabilizados e temáticas sociais, mas, para isso, precisa haver uma comunicação humanizada com as crianças, os adolescentes e os estudantes de forma geral. É o professor quem vai trazer essa comunicação. Para que o aprendizado seja pautado em direitos humanos, depende-se da capacitação continuada desses profissionais.

Em segundo lugar, deve-se lembrar que os professores dão aula com materiais didáticos. O Estado precisa fornecer um material didático adequado sobre as temáticas de direitos humanos para que as aulas sejam ministradas. É disso que trata o segundo objetivo estratégico: sobre os materiais pedagógicos e didáticos para a educação em direitos humanos.

Diretriz 19: Fortalecimento dos princípios da democracia e dos Direitos Humanos nos sistemas de educação básica, nas instituições de ensino superior e nas instituições formadoras.

Objetivos estratégicos:



- Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em outras instituições formadoras;
- Inclusão da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos das Instituições de Ensino Superior;
- Incentivo à transdisciplinaridade e transversalidade nas atividades acadêmicas em Direitos Humanos.

É uma responsabilidade que deve ser comum a todos os profissionais da educação. Não se pode manter essa responsabilidade somente aos profissionais da área da sociologia, história e filosofia. É uma responsabilidade mútua, uma política de Estado no sentido de aprimorar a discussão de direitos humanos na educação.

Diretriz 20: Reconhecimento da educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Objetivos estratégicos:

- Inclusão da temática da educação em Direitos Humanos na educação não formal.
- Resgate da memória por meio da reconstrução da história dos movimentos sociais.

Diretriz 21: Promoção da Educação em Direitos Humanos no serviço público.

Deve haver capacitação inicial e continuada na temática de direitos humanos.

Objetivos estratégicos:

- Formação e capacitação continuada dos servidores públicos em Direitos Humanos, em todas as esferas de governo.
- Formação adequada e qualificada dos profissionais do sistema de segurança pública.

Quando a banca coloca “formação adequada e qualificada dos profissionais do sistema de segurança pública” e pergunta em qual eixo isso está inserido, tende-se a marcar que é o eixo 4, que trata sobre segurança pública, mas isso está incorreto. Aqui, o foco central é a formação. Quando se fala em formação, está-se falando em educação. Deve-se ter cuidado com isso.

Diretriz 22: Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos.

Quando se fala de democracia, deve-se lembrar de informação e transparência. Ao longo dos estudos, vai-se captando isso nos próprios textos que se referem à temática. Para que se tenha acesso à informação, é preciso que se tenha transparência.

Objetivos estratégicos:

- Promover o respeito aos Direitos Humanos nos meios de comunicação e o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em Direitos Humanos.

- Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação.

Vários eixos focam na desigualdade social. Fala-se muito, nos estudos em direitos humanos, de injustiça social. Quando se começa a estudar a raiz disso, entre diversos outros fatores, uma dessas raízes da desigualdade social no Brasil e no mundo é a discriminação. Quando se estuda a discriminação, aprende-se que ela está atrelada ao preconceito. O preconceito acaba levando à discriminação, e a discriminação acaba levando às desigualdades e injustiças sociais.



O preconceito é o que se pensa. É a visão estereotipada que se tem sobre o outro. É uma visão pré-concebida, muito pautada em aspectos culturais, que se tem sobre o outro. Quando se coloca isso para fora, virando comportamento, vai-se para o campo da discriminação. Ao discriminar, está-se segregando o outro. Vai-se, cada vez mais, marginalizando o outro. Alguns indivíduos, por conta de visões estereotipadas que se tem sobre ele, acabam, cada vez mais, saindo do convívio social, sendo excluídos, perdendo o acesso a bens, serviços, status social e poder. Essa falta de acesso vai levando à desigualdade social e às injustiças sociais.

A educação e cultura em direitos humanos entra para tentar atacar e resolver esse problema da desigualdade social. Não é a única forma – existem várias. Há muitas políticas públicas de combate à desigualdade social, olhando para o que está acontecendo agora. Um exemplo é a política de cotas. A discriminação também tem normas que podem ser criadas para combatê-la, criminalizando condutas. Porém, tanto uma quanto a outra não mexe na raiz. Para atacar a raiz, é preciso atacar o preconceito. Antes disso, tem-se a cultura.

Nem toda cultura é boa. Tem cultura que é ruim. A cultura está baseada em relações sociais: é de fora para dentro. Dessa forma, deve-se entender que, ao se ter contato com as instituições sociais, isso acaba, de alguma forma, trazendo as visões estereotipadas sobre o outro, sendo difícil demais combater, pois isso leva ao preconceito sobre o outro. O ideal seria combater para que o preconceito não se torne uma atitude, um ato discriminatório. O ataque é a educação, pois, com ela, cria-se novos conceitos sobre o outro, formando-se um processo de empatia. Com essa quebra de visão estereotipada, a tendência é que o preconceito não vire atos de discriminação. Não havendo discriminação, não há desigualdade social.



Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Thiago Silva Medeiros.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
